

A experiência heterotópica e as práticas da liberdade em Michel Foucault¹

Heterotopic experience and practices of freedom in Michel Foucault

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Doutora em Comunicação Social (UFMG)
angelasalgueiro@gmail.com

ELISA BEATRIZ RAMÍREZ HERNANDEZ

Doutora em Comunicação Social (UFMG)
elisabeatriz88@gmail.com

LAURA ADLER LARA DE OLIVEIRA

Mestranda em Comunicação Social (UFMG)
lauraadlerlaradeoliveira@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir uma possível aproximação entre os conceitos foucaultianos de *experiência* e *heterotopia*. Com base nas reflexões de Michel Foucault produzidas entre os anos de 1976 e 1984, argumenta-se que o autor concebe o espaço social como um conjunto de relações heterogêneas, cujas configurações são constantemente moldadas pelas experiências, ao mesmo tempo em que as transformam. Defende-se que a experiência heterotópica emerge de um jogo de forças que reconfigura desejos e modos de vida, não sendo resultado do compartilhamento de atributos fixos ou essenciais. Tais experiências se caracterizam por seu potencial libertador, ao desafiar princípios utilitaristas, moralidades normativas e dicotomias rígidas. Nesse contexto, enfatiza-se a relevância das alianças contingentes, das gambiarras e das margens de manobra como formas de ampliar experimentações que tensionam, reconfiguram e fabulam a realidade.

Palavras-chave: experiência, heterotopia, práticas de liberdade, contracondutas.

Abstract: This article aims to explore a possible convergence between Michel Foucault's concepts of experience and heterotopia. Based on Foucault's reflections produced between 1976 and 1984, it is argued that the author conceives social space as a network of heterogeneous relations, whose configurations are constantly shaped by experiences, while also transforming them in return. It is proposed that the heterotopic experience arises from a play of forces that reconfigures desires and modes of life, rather than being the result of shared fixed or essential attributes. Such experiences are characterized by their emancipatory potential, as they challenge utilitarian principles, normative moralities, and rigid dichotomies. In this context, the relevance of contingent alliances, improvisations, and tactical maneuvering is emphasized as means of expanding experimental practices that strain, reconfigure, and reimagine reality.

Keywords: experience; heterotopia; practices of freedom; counter-conducts.

¹ A realização deste artigo contou com o apoio do CNPq e da CAPES.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da noção de experiência em Michel Foucault é muito importante para entendermos sua formulação do conceito de heterotopias e para elaborarmos uma aproximação entre as duas noções. Segundo a leitura que Laval (2019) realiza da obra de Foucault em sua fase ética (1976-1984), há dois movimentos conjugados que tensionam as experiências que os sujeitos fazem do mundo: o primeiro movimento é a elaboração da experiência dentro de um campo normativo, guiado por estruturas que orientam e controlam a agência individual e coletiva. Isso é o que o próprio Foucault (1961, p. 653) já nomeava, em *Histoire de la folie à l'âge classique*, como as “estruturas fundamentais da experiência”. Mas, atravessam essas estruturas outras linhas de força que visam produzir alterações profundas nos sujeitos e em suas redes de interdependência: são potências que caracterizam a dimensão transformadora da experiência. Os anos que antecedem a morte de Foucault trazem para seu pensamento a dimensão das resistências e insurreições, na qual os sujeitos produzem ativamente sua agência no mundo, abrindo possibilidades e devires em meio aos dispositivos de controle e poder.

Resistir seria um gesto de recusa às subjetividades projetadas de antemão para facilitar a organização das condutas e a busca por contracondutas, alimentadas por saberes e conhecimentos resultantes de experimentações e desvios (Rago, 2013). É por meio de uma subjetivação que se elabora um sujeito reflexivo que tem em sua individualidade e sua relacionalidade contextual a chave ética e estética para a modelagem de sua própria existência (Tassin, 2012). Ao mesmo tempo, a subjetivação redefine o campo da experiência que outorga a cada sujeito uma identidade, um tempo e um espaço, uma corporeidade que atuam na configuração relacional de uma forma de vida.

De acordo com Philippe Sabot (2006), a reflexão de Foucault sobre a experiência dialoga com os textos de Maurice Blanchot e Georges Bataille², filósofos franceses que destacam a importância do pensamento em ação, da produção de uma escrita e de propostas conceituais que possam colocar em jogo a possibilidade de uma alteração de si mesmo. Não significa que exista um ideal predefinido a ser alcançado, pois o que importa é o gesto de “sair de si” e ir ao encontro do indeterminado, deixando de lado os quadros de sentido que reiteram o “mesmo”, de modo a transgredi-los em prol da abertura à diferença.

Nesse sentido, os processos de subjetivação alteram os quadros estruturantes da experiência, alteram suas partilhas e promovem o deslocamento para a ordem política do sensível. Foucault (2019, p. 29) define a experiência transformadora como a coragem de “arriscar não ser mais si mesmo”. Assim, as experiências se realizam por meio de ações transformadoras que alteram as condições de opressão, a partir de arranjos que envolvem um processo contínuo de autoformação.

² Foucault (2019, p.28) menciona a contribuição que esses autores ofereceram a seu pensamento acerca da experiência, afirmando que ambos podem ser definidos como seus mestres, sobretudo quando mostram que a experiência transformadora é aquela que nos permite correr o risco de não seguirmos ou repetirmos modelos previamente estruturados e existência e coexistência.

Na experiência, “há sempre um equilíbrio instável, com complementaridade e conflitos, entre as técnicas que asseguram a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por si mesmo” (Foucault, 2013, p. 39). Sob esse aspecto, acreditamos que a experiência está relacionada à necessidade de construção de caminhos e percursos alternativos às expectativas e ideologias dominantes, como forma de dar sentido às existências e transformá-las de maneira profunda.

Isso não significa ignorar questões de ordem normativa, mas sugerir que os modos como agimos sobre nós mesmos abrem uma possibilidade reflexiva para pensarmos sobre quem somos e como queremos ser. Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos foi imposto durante vários séculos (Foucault, 2004).

Nessas experimentações, inventa-se tanto aquilo contra o qual se pode lutar quanto aquilo que se transforma em um espaço habitável e possível de existência entre heterotopias: “operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro” (Foucault, 2013, p.12). Compreendemos que as heterotopias podem agir em prol de ações que contrariam a ordem consensual, atestando a impossibilidade de fixar destinos e sua significação. Elas resultam das formas de resistência aos modelos majoritários de acomodação da experiência, de alteração da função dos enunciados existentes, oferecendo condições afetivas, políticas e sociais para a transformação das vulnerabilidades e para outra experimentação das relações intersubjetivas e outra imaginação política.

Buscamos, com Johnson (2013) e Laval (2019), evidenciar que o conceito de heterotopia pode operar como uma lente analítica por meio da qual se tornam visíveis a experiência e suas experimentações como fenômenos relacionais, políticos e comunicacionais particulares. O próprio Foucault menciona que uma heterotopia é um trabalho, uma operação incessante de busca por novas rotas, desvios, coexistências, justaposições e criações de passagens, travessias, atalhos inesperados, impensados, não controlados por esquemas preconcebidos de constrangimento. “As heterotopias iluminam assim campos espaciais imaginários, um conjunto de relações que não são separadas das estruturas e ideologias dominantes, mas vão contra a corrente e oferecem linhas de fuga (...)” (Foucault, 1984, p. 76).

Sob esse viés, apresentamos aqui, sobretudo em diálogo com a obra de Michel Foucault, algumas ideias sobre o que entendemos como experiências heterotópicas, as quais se apresentam nas formas de nos relacionarmos com os espaços e os tempos que nos permitem existir para além dos lugares e das temporalidades que nos foram designados. Entendemos que essas heterotopias são fruto de experiências ligadas às novas relações espaciais e simbólicas que emergem da reelaboração dos laços sociais e nas formas de interdependência, nas temporalidades que são fragmentadas, múltiplas, cruzadas e justapostas, mas reinventadas a todo momento e de diferentes maneiras; nos espaços heterogêneos e contraditórios, onde a própria crise pode se tornar uma forma de vida que transforma os sujeitos e os seus modos de existir; são espaços, corpos, linguagens e materialidades que só existiriam pela invenção experimental de uma vida.

Buscamos entender a heterotopia como forma de experiência política e estética que abre a possibilidade de produzir um modo de vida baseado no cuidado de si e dos outros, distinguindo-se das práticas disciplinares de controle. Uma experiência

heterotópica é fruto de uma agência contínua de sujeitos e grupos que produzem arranjos capazes de oferecer respostas a urgências, a situações de risco que, ao ameaçarem suas existências, requerem que submetam suas vidas a uma transformação. Nesses arranjos contínuos de experimentação, ao mesmo tempo em que os sujeitos criam novas alianças e gambiarras, preservam articulações historicamente situadas entre saberes tradicionais, memórias e identificações associadas a múltiplos tempos e espaços.

2 FAZER UMA EXPERIÊNCIA: OPERAÇÃO TRANSFORMADORA

A noção de experiência, em Foucault, está intimamente relacionada ao modo como seu pensamento, entre os anos de 1976 e 1984, vai construindo passagens entre os conceitos de poder, governo e técnicas de autoconstituição. Tais técnicas dizem respeito à recusa a um determinado “modo de ser” e de viver imposto hierarquicamente: produzem uma experiência que requer o questionamento “do estatuto de sujeito no qual nos encontramos” (Foucault, 2019, p. 35). A experiência transforma o sujeito por meio de práticas que reorientam suas ações e também suas relações com os outros, conduzindo-o à resistência contra formas de opressão assujeitantes.

Ao mesmo tempo, a experiência transformadora possibilita a recusa de práticas de controle, permitindo “fugir das condições de possibilidade de uma época” (Laval, 2019, p. 109), por meio da transformação de si e dos modos de vida que definem o que somos — isto é, dos limites impostos a uma existência previamente dada. Laval (2019, p. 109) denomina essa segunda dimensão como um “gesto da transgressão”, entendida como a transposição de um limite espaço-temporal, em contraste com a concepção marxista que atribui a transformação social ao “movimento das contradições”. Trata-se do que Laval chama de *experiência utópica*, a qual designa uma *experiência da alteração*, o que significa “ir em direção de algo que é completamente diferente” (Laval, 2019, p. 105). Essa ideia aparece na obra de Foucault sob diferentes formas, tanto pessoais quanto coletivas, nomeadas por termos como “transgressão, resistência, insurreição, levante (...)”, todos esses termos como modalidades da experiência da alteridade” (Laval, 2019, p. 114).

Foucault buscava afirmar, de acordo com Laval (2019), a possibilidade de uma “história das experiências”, com o objetivo de restituir a contingência histórica e, assim, evidenciar as possibilidades de transformação de condições previamente dadas e naturalizadas. Trata-se de desvelar, a partir das rupturas, os arranjos possíveis que permitiram a formulação de alternativas aos modelos normativos de configuração e redefinição das alianças intersubjetivas.

De acordo com Margaret Rago (2013, p. 42), o interesse de Foucault residia nas possibilidades de “invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”. As técnicas de si, ou tecnologias de autoformação, garantem, simultaneamente, o cuidado de si e dos outros, tecendo entre eles formas de comunicação, experimentação, troca recíproca e responsabilidade, que requerem uma receptividade particular aos desejos do corpo e aos prazeres da existência. Assim, a “busca da liberdade na ética de Foucault seria uma

questão do desenvolvimento de formas de subjetividade capazes de funcionar como resistência autônoma aos poderes normalizadores” (Oksala, 2013, p.50)³.

Tais formas de resistência, mobilizadoras da agência autônoma, seriam capazes de sustentar contracondutas, isto é, elaborações criativas de outros modos de conduzir-se e de orientar-se em direção a objetivos e métodos alternativos, os quais visam definir, para cada indivíduo em sua específica teia de interdependências, formas éticas de se relacionar consigo e com os outros. Não seriam necessárias grandes revoluções para fraturar a gestão neoliberal das existências, mas sim gestos infrapolíticos que operam cotidianamente na modelagem das formas de vida ordinárias.

É nesse horizonte que Butler, por exemplo, retoma a reflexão foucaultiana sobre a revolta para caracterizar os levantes contemporâneos e suas biopotências afetivas, corpóreas, articuladoras, fluidas e minoritárias:

Nos sublevamos com uma certa energia, uma certa força, uma intenção física e visceral que não é somente a nossa, mas partilhada – com uma determinação transitiva que emerge de uma condição comum de sofrimento enfrentada por muito tempo. Os sujeitos que se sublevam foram excluídos, negados, rebaixados, mas, no momento em que se sublevam, tiram força uns dos outros, da própria aliança, fruto de uma recusa comum de algo considerado intolerável e injusto, emergindo sob a forma de um corpo político (Butler, 2016, p. 25).

Trabalhar o próprio corpo para que ele conte uma história é, por exemplo, constituir uma escrita de si como prática de resistência. Foucault (2003, 2004) delinea uma abordagem da resistência a partir da modelagem da subjetividade, ancorada em uma ética do autoentendimento. Tal ética busca interrogar os modos pelos quais os sujeitos se submetem a técnicas de autocontrole que gerenciam e restringem a agência dos modos de vida, configurando formas mais subjugadas de construção das identidades.

Essas técnicas implicam a recusa a um determinado “modo de ser” e de viver imposto hierarquicamente, produzindo uma experiência que exige o questionamento “do estatuto de sujeito no qual nos encontramos” (Foucault, 2019, p. 35). Essa recusa demanda a constituição de um “sujeito de saber e de experiência”, como expressa o próprio Foucault:

Não mais ser sujeito como se foi até agora, sujeito em relação a um poder político, mas sujeito de um saber, sujeito de uma experiência, sujeito também de uma crença. Para mim, essa possibilidade de se insurgir si mesmo a partir da posição do sujeito que lhe foi fixado por um poder político, um poder religioso, um dogma, uma crença, um hábito, uma estrutura social, é a espiritualidade, isto é, tornar-se outro do que se é, outro de si mesmo (Foucault, 2019, p. 21).

³ Todas as traduções de trechos estrangeiros presentes neste artigo são de responsabilidade dos autores.

A capacidade de autotransformação configura-se como uma competência para a autonomia, entendida como a aptidão dupla de refletir criticamente sobre as relações de poder-saber que constituem a subjetividade e de engajar-se em práticas de mutação que implicam também a transformação coletiva. A autonomia, portanto, manifesta-se como a conjugação entre reflexividade crítica e autotransformação deliberada.

Cumprir destacar que, para Foucault (2019), o sujeito não inventa, de forma autônoma, as artes de modelagem de si que emprega, uma vez que tais técnicas lhe são sugeridas e impostas por sua cultura, sociedade e grupos de pertencimento. A relação reflexiva com o próprio sujeito é constituída pela experiência e pela experimentação, as quais se manifestam nas práticas cotidianas, no conhecimento e nas relações de poder. Não há, portanto, uma criação de si que se opere à margem das normas e enquadramentos que regulam e definem as formas possíveis da subjetividade.

Contudo, a normatividade não é imune àquilo que Foucault (2013) denomina “criação de si”, isto é, um trabalho crítico e contínuo de redefinição de si mesmo a partir da recusa das identidades socialmente impostas pelos discursos hegemônicos. Nesse contexto, é fundamental recordar que o discurso pode ser tanto um instrumento como um efeito do poder, mas também um obstáculo, uma barreira, um ponto de resistência e um ponto de partida para uma estratégia oposta (Foucault, 2005).

Estratégias discursivas de resistência originam práticas infrapolíticas que desestabilizam e fraturam hierarquias estabelecidas. Trata-se de práticas de liberdade que articulam e desarticulam experiências, corpos, histórias, olhares e sonoridades. A resistência inerente à experiência transformadora instaura uma sintaxe própria, revelando a potência da enunciação e das linguagens estéticas que acentuam a espessura das bordas — dos espaços e dos tempos que recusam ser reduzidos pela repetição e pelas relações de força. As interfaces entre territorialidades e experiências evidenciam a polifonia de vetores divergentes e das práticas de questionamento e experimentação de novos códigos e texturas, que possibilitam a construção de narrativas sustentadoras da vida no cotidiano. No pensamento de Foucault (2013), destacam-se as investigações voltadas à exploração de formas de resistência aos modelos majoritários de tradução e acomodação da experiência, bem como de subversão da função dos enunciados existentes, oferecendo condições afetivas, políticas e sociais para a transformação das vulnerabilidades e para uma reconfiguração das relações intersubjetivas. Nesse contexto, assumem centralidade analítica as interfaces entre experiências liminares e heterotopias.

3 AS HETEROTOPIAS COMO ESPACIALIDADES POTENTES DE REINVENÇÃO DA EXISTÊNCIA

De modo geral, a noção de heterotopias (Foucault, 2004) se refere a “espaços outros” criados nos interstícios das redes de poder, nos arranjos e nas gambiarras⁴ que

⁴ Consideramos que “a gambiarra, no esforço de integrar fragmentos e elementos, ainda que díspares, para que formas e funções se cumpram, realiza arremedos inovadores” (Sedlmayer, 2017, p. 65) em situações de conflito, de urgência, de limitação de opções, nas quais a imaginação é fortemente requisitada contra um quadro consensual e hierárquico de usos e significações dos

os sujeitos elaboram e vivenciam quando rompem o cerco de territorialidades controladas. São formas de contraconduta que desenham uma justaposição ativa de múltiplos espaços que, a princípio, não deveriam coexistir. Ao afirmar que a heterotopia permite a criação de “espaços outros” dentro daqueles aos quais já estamos habituados (Foucault, 2015, p. 435), o autor evidencia a inexistência de fronteiras rígidas entre realidade e ilusão no espaço social. Esses espaços, concebidos e habitados pelos sujeitos no interior de territórios controlados, funcionam como verdadeiros “canteiros de obras” — não estão apartados das dinâmicas de poder, mas instauram com elas modalidades alternativas de negociação e reconfiguração. Assim, o conceito de heterotopia permite compreender a confluência entre diferentes espaços sociais e como as relações neles instituídas participam da conformação das experiências e vínculos intersubjetivos dos indivíduos.

Em uma conferência proferida no *Cercle d'études architecturales* de Paris, em março de 1967, Foucault afirma que “a heterotopia tem o poder de justapor em um único lugar vários espaços, várias posições que são em si incompatíveis” (2002, p. 13). Ao enunciar tal proposição, o autor enfatiza o potencial analítico do conceito de heterotopia para explicar a confluência entre diferentes espaços sociais e a maneira pela qual as relações neles instituídas participam da conformação das relações sociais e intersubjetivas dos indivíduos.

O espaço no qual vivemos, que nos leva para fora de nós mesmos, no qual a erosão das nossas vidas, do nosso tempo e da nossa história se processa num contínuo, o espaço que nos mói, é também, em si próprio, um espaço heterogêneo. Por outras palavras, não vivemos numa espécie de vácuo, no qual se colocam indivíduos e coisas, num vácuo que pode ser preenchido por vários tons de luz. Vivemos, sim, numa série de relações que delineiam sítios decididamente irredutíveis uns aos outros e que não se podem sobre-impor. (Foucault, 2015)

Uma heterotopia concerne à interlocução entre dois ou mais lugares inscritos em um mesmo espaço simbólico, os quais, embora distintos, mantêm entre si uma relação de contiguidade que permite margens de manobra para experimentações. Tais experimentações possibilitam o surgimento de novas formas de abordagem voltadas ao cuidado de si e dos outros. No entanto, a heterotopia não se restringe a um sentido exclusivamente positivo, geralmente associado à reinvenção e à criação de possibilidades. Foucault (2013) também conceitua a *heterotopia da desviância*, referindo-se a espaços destinados a indivíduos considerados desviantes em relação às normas sociais, como hospitais psiquiátricos e instituições prisionais. Além dessas, há as *heterotopias de crise*, que acolhem sujeitos em situações críticas, segundo os parâmetros de uma dada sociedade. Apesar da conotação negativa atribuída a esses dois tipos, é possível afirmar que a noção geral de heterotopia enfatiza o modo como o espaço social é composto por

objetos. A concepção da gambiarra e sua execução também articula uma rede de agenciamentos e forças díspares para dar resposta a um problema, ou seja, a gambiarra pode atuar “como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (Foucault, 1977, p. 2).

articulações entre diferentes lugares, nos quais relações e experimentações são continuamente tecidas e reconfiguradas. Tais articulações abrigam formas de vida entrelaçadas que, ao tensionarem as normas vigentes, afirmam-se por meio de seus próprios desejos e ações.

As heterotopias não estão apartadas da sociedade; ao contrário, encontram-se “incrustadas” em todas as culturas, espelhando, distorcendo e reagindo ao espaço normativo remanescente. Trata-se de configurações espaciais cujas funções são múltiplas e variáveis, pois estão historicamente situadas e sofrem transformações conforme os contextos sociopolíticos e temporais. A heterotopia revela um conjunto de relações que afirmam o lugar da experiência política nos diversos espaços e corpos que escapam – ainda que parcialmente – aos dispositivos de vigilância e docilização, sem, contudo, romper completamente com eles. Simultaneamente, a heterotopia se delinea como uma forma de reinscrição crítica das espacialidades capturadas pelas normas, possibilitando a transformação do mundo habitado (Johnson, 2013). Nesses experimentos transformadores, os sujeitos podem construir alternativas para elaborar um espaço possível de existência e coabitação, por meio de “operações heterotópicas pelas quais o corpo é arrancado de seu próprio espaço e projetado em outro espaço” (Foucault, 2013, p. 12).

A heterotopia “evidencia a heterogeneidade dos lugares que podemos atravessar, habitar e experimentar por meio de um movimento no espaço” (Laval, 2019, p. 118). Nessa perspectiva, a concepção heterotópica constitui uma crítica à noção tradicional de utopia enquanto “espaço maravilhoso e liso”, idealizado como compensador, confortável e consolador — uma representação que, segundo Laval (2019, p. 117), opera “em detrimento do ato que transforma, da prática que altera, do gesto que contesta”. A dimensão política da heterotopia manifesta-se justamente em sua capacidade de desestabilizar: “longe de consolar, ‘inquieta’, porque perturba o lugar comum contido na linguagem, atrapalha a distribuição habitual das coisas, não as coloca no lugar esperado, e não cessa de inquietar a ordem das coisas por meio da desordem do discurso” (Laval, 2019, p. 180).

A heterotopia não designa apenas espaços outros ou alternativos àqueles nos quais as normas saturam as existências com orientações de controle; ela pode também configurar uma forma assumida pela experiência comprometida com práticas de liberdade. “A heterotopia define, no sentido forte deste termo, uma experiência, ou seja, a trajetória de um futuro individual ou coletivo, na medida em que se articula com um deslocamento topológico” (Sabot, 2012, p. 10).

Sob esse viés, argumentamos que a experiência heterotópica pode engendrar um modo de vida fundamentado no cuidado de si e dos outros, submetendo a existência a um processo de transformação. Essa transformação, contudo, reconhece que a experiência ocorre na articulação historicamente situada entre um regime de verdade (saber), uma forma de governamentalidade (poderes) e uma prática centrada no eu (subjetivação).

Quando Foucault (2013) associa a maquiagem a uma heterotopia, ele observa como a produção de um rosto maquiado — que, em certa medida, constitui um rosto mascarado — configura uma ética comunicativa centrada no cuidado de si, na escuta e na criação de um espaço que conecta o corpo maquiado aos demais sujeitos por meio de

uma espacialidade inventada, porém concretamente realizável. A maquiagem estabelece, assim, uma interface entre o corpo e o mundo, articulando uma heterotopia:

O corpo é também um grande ator utópico, quando se trata de máscaras, da maquiagem e da tatuagem. Mascara-se, maquiar-se, tatuar-se não é, exatamente, como se poderia imaginar, adquirir outro corpo, um corpo mais belo, melhor decorado, mais facilmente reconhecível: tatuar-se, maquiar-se, mascara-se é sem dúvida algo muito diferente, é fazer com que o corpo entre em comunicação com poderes secretos e forças invisíveis. Máscara, signo tatuado, pintura depositam no corpo toda uma linguagem: toda uma linguagem enigmática, toda uma linguagem cifrada, secreta, sagrada, que evoca para este mesmo corpo a violência do deus, a potência surda do sagrado ou a vivacidade do desejo. A máscara, a tatuagem, a pintura instalam o corpo em outro espaço, fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro. Por ele, seremos tomados pelos deuses ou seremos tomados pela pessoa que acabamos de seduzir. De todo modo, a máscara, a tatuagem, a pintura são operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro. (Foucault, 2013, p. 12).

Em contraste com a perspectiva foucaultiana, Deleuze e Guattari (2004) propõem que o rosto é um modelo, um padrão de conduta e caminho da existência que é gerada e mantida por uma rigorosa máquina abstrata que define a normalidade e classifica todos os rostos comparando-os a um rosto matricial (um rosto cristão: branco, masculino, rico, classe operária alta, etc.). Para esses autores não temos um rosto, mas somos apresentados em um certo tipo de rosto, um modelo de conformidade que rejeita todos os modos desviantes de ser. Diante de uma articulação de poder, ninguém fica sem rosto, até mesmo o desvio deve ser enfrentado, para que seja devidamente tratado - captado pela inclusão do excluído. É possível pensar que a maquiagem como heterotopia pode fazer face à máquina de rostificação mencionada por Deleuze e Guattari (2004), ao impedir que corpos desviantes sejam invisibilizados por uma atividade de abstração e sobrecodificação, que nomeia indivíduos, controlando-os.

Dominique Roux e Russell Belk (2019) referem-se às tatuagens como “heterotopias corporificadas”, uma vez que elas não apenas servem para acompanhar os momentos-chave da vida, mas também demonstram a apropriação cuidadosa do corpo como uma cena estética, como aquele “outro espaço” ficcional de imaginação e representações que trazem o corpo de volta à ação. Para esses autores, as modificações feitas na pele alteram o corpo original e vão produzi-lo como “outro espaço”, que é diversamente desafiado, negociado e (re)apropriado. A transformação do corpo em uma heterotopia por meio da escritura da tatuagem contribui para torná-lo mais habitável, funcionando como um “novo lar” no qual os sujeitos podem experimentar um maior alinhamento entre sua corporalidade e as formas de subjetivação que reconhecem como autênticas.

Assim, a heterotopia justapõe espaços e os conecta por meio de operações fabuladoras e anti-hierárquicas, instaurando um processo de experimentação que aproxima múltiplos tempos e espacialidades aparentemente inconciliáveis. Em uma experiência heterotópica, o factual e a articulação de heterogeneidades coexistem, fazendo convergir corpos, lugares e experiências diversas, o que evidencia dimensões previamente não tematizadas das relações intersubjetivas. A justaposição, no interior de um mesmo espaço simbólico, entre aquilo que é reconhecido como “real” e o que pertence ao domínio do devaneio ou do imaginário, constitui a heterotopia e configura, simultaneamente, a potencialidade de uma cena polêmica (Sabot, 2006). Nesse sentido, a experiência heterotópica revela que o aparecer dos sujeitos demanda uma operação crítica que desestabiliza os enquadramentos hierárquicos e consensuais, explorando suas fissuras e mostrando que tais molduras não são capazes de determinar plenamente o que se vê, se pensa, se reconhece ou se apreende. Aparecer, nesse contexto, é também desafiar os processos de rostificação, reivindicando o direito de erguer o rosto daquelas cujas experiências foram roteirizadas, cujos destinos foram naturalizados e cujas potencialidades foram restringidas. A maquiagem, nesse caso, configura-se como um gesto de fabulação que contraria a ordem consensual, atestando a impossibilidade de fixar sentidos e destinos de modo definitivo. Trata-se de situar o corpo e o rosto em uma rede de relações, uma “intriga” composta por múltiplos elementos e significações.

Ao definir uma experiência-limite de liberdade, Foucault estaria, segundo Francisco Ortega (1999, p. 24), interessado em uma ética do cuidado que possibilite a “criação de um espaço intermediário, capaz de fomentar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos”. Tal espaço liminar pode, em nossa perspectiva, dar origem a experiências heterotópicas que articulam demandas individuais e coletivas em torno do desejo de instaurar práticas emancipatórias, desviantes dos quadros normativos de controle vinculados ao capitalismo neoliberal. Conforme argumenta Rago (2013, p. 42), o interesse foucaultiano reside nas possibilidades de “invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”. As técnicas de si, ou tecnologias de autoformação, garantem simultaneamente o cuidado de si e dos outros, tecendo entre os sujeitos formas de comunicação, amizade e reciprocidade, que implicam uma escuta ativa dos desejos corporais e dos prazeres da existência. Nesse sentido, as experiências heterotópicas podem ser compreendidas como operações produtivas de alianças e vínculos de interdependência, capazes de reconfigurar condições de vulnerabilidade. Isso

[...] representa introduzir movimento e fantasia nas rígidas relações sociais, estabelecer uma tentativa de pensar e repensar as formas de relacionamento existentes em nossa sociedade, as quais, como observa Foucault, são extremamente limitadas e simplificadas. (Ortega, 1999, p.26)

Trabalhar o próprio corpo de modo que ele se torne portador de uma narrativa constitui uma escrita de si enquanto prática de resistência. Foucault (2003, 2004) delinea uma abordagem da resistência fundamentada na modelagem da subjetividade por meio

de uma ética do autoentendimento. Essa ética busca problematizar os modos pelos quais os indivíduos se submetem a técnicas de autocontrole que operam como dispositivos de regulação, restringindo a agência e conformando identidades mais sujeitas às normas. Nesse sentido, “a busca da liberdade na ética de Foucault é uma questão do desenvolvimento de formas de subjetividade capazes de funcionar como resistência autônoma aos poderes normalizadores” (Oksala, 2013, p.50).

A capacidade de autotransformação configura-se como uma condição para a autonomia, compreendida como a articulação entre duas faculdades: a capacidade de refletir criticamente sobre as relações de saber-poder que constituem a subjetividade e a de engajar-se em práticas de transformação de si que, simultaneamente, implicam transformações no plano coletivo (Ortega, 1999). A autonomia, nesse sentido, corresponde à dupla capacidade de reflexividade crítica e de autotransformação deliberada.

É preciso esclarecer que, para Foucault (2019), o sujeito não inventa, por si só, as artes de modelar a si mesmo que emprega, uma vez que tais práticas lhe são sugeridas ou impostas por sua cultura, sociedade e pelos grupos de pertencimento aos quais está vinculado. A relação reflexiva de si para consigo é atravessada pela experiência e pela experimentação que se originam no conhecimento, nas práticas cotidianas e nas relações de poder. Não há criação de si fora das normas e dos enquadramentos que organizam e delimitam as formas possíveis de subjetivação. No entanto, essa normatividade não se mostra impermeável àquilo que Foucault (2013) denomina “criação de si” — um trabalho contínuo, crítico e ético de reconfiguração subjetiva diante da recusa das identidades prescritas pelos discursos. Nessa perspectiva, é relevante lembrar que o discurso pode ser tanto um instrumento como um efeito do poder, mas também um obstáculo, uma barreira, um ponto de resistência e um ponto de partida para uma estratégia oposta (Foucault, 1984).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão teórica proposta neste artigo evidenciou que Foucault (2003, 2004) delineia uma abordagem da resistência fundamentada na modelagem da subjetividade por meio de uma ética da autocompreensão. Tal ética problematiza os modos pelos quais os indivíduos se submetem a técnicas de controle que regulam e restringem a agência sobre seus próprios modos de vida, configurando, assim, determinadas formas de constituição identitária. Nesse contexto, a capacidade de autotransformação revela-se como uma aptidão ética e estética para a autonomia, compreendida como a conjugação entre a reflexividade crítica acerca das relações de poder-saber que estruturam a subjetividade e o engajamento em práticas de autoconstituição que também possuem efeitos transformadores no coletivo.

A autonomia, portanto, não se apresenta como uma condição isolada, mas como um processo relacionalmente constituído, uma vez que sua efetivação altera a posição do sujeito nas redes de interdependência social, influenciando a maneira como se expressam e se percebem a confiança na experiência vivida e a legitimidade da própria trajetória de vida (Laval, 2018). Tais transformações ampliam as possibilidades de

formação de vínculos pautados pela amizade, pela colaboração e pelo reconhecimento recíproco (Ortega, 1999).

A nosso ver, a experiência heterotópica pode ser concebida como uma prática de liberdade, marcada pela criação de arranjos e combinações de elementos que engendram novos efeitos, aberturas, riscos e transformações. Trata-se de uma experiência que opera redes e indica a emergência de alianças possíveis. A heterotopia revela, nesse sentido, um desejo de imaginar, inventar e diversificar os modos de habitar o espaço e o tempo, bem como de ampliar os horizontes para múltiplas formas de subjetivação e experiência (Johnson, 2013). As chamadas “alianças heterotópicas” caracterizam-se por sua força lúdica e experimental, contrapondo-se ao pragmatismo utilitarista do neoliberalismo por meio de práticas inventivas, ou “gambiaras”, que instauram brechas para um outro imaginário político.

Experiências heterotópicas implicam articulações entre espaços, corpos, linguagens e materialidades que só se tornam possíveis pela invenção de formas de vida migrantes, que expressam a “recusa do estatuto de sujeito em que se encontram. A recusa da identidade imposta e de sua permanência” (Foucault, 2019, p. 35). Sob tal perspectiva, a heterotopia é compreendida como uma experiência transformadora, atravessada por interstícios em que a vida é constantemente redefinida diante das múltiplas forças que operam entre o controle e a criação. Ela permite uma reconfiguração do espaço, do tempo e das formas de viver e habitar, ativando um jogo de relações que abrange a heterogeneidade sempre tensa de temporalidades coexistentes e de espaços cohabitados e confluentes.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Rethinking Vulnerability and Resistance. *In*: BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. (orgs.) **Vulnerability in resistance**. London: Duke University Press, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Ano zero: rostdade. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** - Vol. 3. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 31-62.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287. (Ditos e escritos - Volume V)
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames [1977]. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222. (Ditos e escritos - Volume IV)
- FOUCAULT, M. De outros espaços. Tradução Pedro Moura. **Estética: Literatura e Pintura. Música e Cinema**, Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 512 p. (Ditos e Escritos - Volume III)

FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 77-81. (Ditos e escritos - Volume V)

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 512 p. (Ditos e Escritos - Volume III).

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la folie à l'âge classique**. Paris: Plon, 1961.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. I.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013. 112 p.

FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

JOHNSON, P. The Geographies of Heterotopia. **Geography Compass**, vol. 7, n. 11, p. 790–803, 2013.

LAVAL, C. Foucault e a experiência utópica. *In*: FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta**: entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana, São Paulo: N-1 edições, 2019. p. 102-142.

OKSALA, J. Feminism and Neoliberal Governmentality. **Foucault Studies**, [S. l.], n. 16, p. 32–53, 2013. DOI: 10.22439/fs. v0i16.4116. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/4116>.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

RAGO, M. **A aventura de contar-se**. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

ROUX, D.; BELK, R. The body as (another) place: Producing embodied heterotopias through tattooing. **Journal of Consumer Research**, v. 46, n. 3, p. 483-507, 2019.

SABOT, P. Langage, société, corps. Utopies et hétérotopies chez Michel Foucault. **Materiali foucaultiani**, v. 1, n. 1, p. 17-35, 2012. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00746742v1>.

SABOT, P. L'expérience, le savoir et l'histoire dans les premiers écrits de Michel Foucault. **Archives de Philosophie**, n. 69, v.2, 2006, p. 285-303. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-archives-de-philosophie-2006-2-page-285?lang=fr>.

SEDLMAYER, Sabrina. **Jacuba é gambiarra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TASSIN, Etienne. De la subjetivación política. Althusser/Rancière/
Foucault/Arendt/Deleuze. **Revista de Estudios Sociales**, n. 43, p. 36-49, ago. 2012.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7440/res43.2012.04>.